



**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

**Considerando que:**

Um projeto de extração de minério está em vias de nascer na região transfronteiriça de Extremadura, a poucos quilómetros da barragem de Alqueva.

Trata-se de um projeto com uma extensão de cerca de 35 km para exploração de ouro, cobre e ferro, junto a afluentes do rio Guadiana, e que prevê a abertura de 26 poços em plena zona especial de conservação da rede Natura 2000.

A futura existência de minas a céu aberto, com fortes possibilidades de contaminação das águas por materiais pesados perigosos, coloca em risco não só o projeto de Alqueva, mas também a saúde das populações de toda aquela região.

De acordo com dados do próprio projeto, está prevista a utilização de cerca de sete milhões de litros de água por dia.

As consequências ambientais e de saúde pública poderão ser dramáticas.

Já esta semana a associação ambientalista Zero criticou publicamente a nova legislação nacional sobre minas, considerando que não garante a proteção de áreas sensíveis ao permitir que avancem explorações mesmo que haja pareceres ambientais negativos.

O novo decreto-lei que regulamenta a exploração de recursos minerais em solo público, garante «sempre que possível» a proteção de áreas classificadas, como as que integram a Rede Natura. Mas a última palavra passará a caber sempre à Direção-Geral de Energia e Geologia, que poderá autorizar a exploração de uma mina mesmo que haja pareceres negativos de outras entidades, nomeadamente na área da conservação da natureza.

**Assim:**

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O Deputado do CDS-PP, abaixo-assinado, vêm por este meio requerer ao Senhor Ministro do Ambiente e Ação Climática, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

- 1. Está V. Exa. a par do projeto de extração de minério previsto para a região transfronteiriça de Extremadura, a poucos quilómetros da barragem de Alqueva?**
- 2. Foi estabelecido algum tipo de contacto por parte do Governo espanhol, ou de qualquer outra entidade pública, no sentido de conjuntamente ser negociado e analisado o referido projeto?**
- 3. Se não, que medidas vai V. Exa. tomar no sentido de analisar o projeto e precaver eventuais consequências nefastas para Portugal?**
- 4. Está V. Exa. em condições de garantir que o referido projeto não colocará em causa todo o projeto de Alqueva?**
- 5. Está V. Exa. em condições de garantir que o referido projeto não contaminará os cursos de água, colocando em causa a saúde daquelas populações fronteiriças?**
- 6. Está V. Exa. em condições de confirmar a abertura de 26 poços em plena zona especial de conservação da rede Natura 2000 prevista pelo projeto? Qual a posição do Governo português face a esta pretensão?**
- 7. A Agência Portuguesa do Ambiente ou a Direção-Geral de Energia e Geologia já elaboraram algum parecer sobre este projeto? Se sim, quais as conclusões?**

Palácio de São Bento, 5 de agosto de 2020

Deputado(a)s

JOÃO GONÇALVES PEREIRA(CDS-PP)